



**Informações Contabeis Intermediárias
Individuais e consolidadas 1T26**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	1
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	10
3. Políticas contábeis.....	12
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	13
5. Caixa e equivalentes de caixa	22
6. Títulos e valores mobiliários	22
7. Contas a receber	23
8. Estoques.....	28
9. Tributos a recuperar	29
10. Imposto de renda e contribuição social	31
11. Investimento	34
12. Imobilizado	35
13. Intangível	37
14. Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	39
15. Arrendamentos.....	40
16. Fornecedores	44
17. Empréstimos e debêntures	45
18. Obrigações trabalhistas.....	48
19. Tributos a recolher.....	48
20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.....	49
21. Outros passivos.....	51
22. Patrimônio líquido	52
23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (JSCP).....	54
24. Partes relacionadas	55
25. Plano de remuneração baseado em ações.....	57
26. Receita líquida.....	58
27. Resultado por natureza	60
28. Resultado financeiro	61
29. Informações por segmentos.....	62
30. Seguros contratados.....	64
31. Plano de aposentadoria.....	64
32. Resultado por ação	65
33. Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa	66
34. Eventos subsequentes.....	66



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da C&A Modas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2026 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2025 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de maio de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Marcelle Mayume Komukai

Contador CRC 1SP249703/O-5

C&A Modas S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	417.513	748.512	445.144	774.521
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	360.604	268.854
Contas a receber	7	524.988	962.127	1.194.322	1.753.283
Estoques	8	1.320.829	1.154.866	1.320.829	1.154.866
Tributos a recuperar	9	622.495	459.615	623.026	460.232
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		16.733	101.257	19.097	109.312
Derivativos	4	-	2.552	-	2.552
Outros ativos		52.312	36.172	52.344	36.209
Total do ativo circulante		2.954.870	3.465.101	4.015.366	4.559.829
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	707.534	757.850	-	-
Tributos diferidos	10	598.221	529.421	552.845	489.748
Tributos a recuperar	9	568.734	791.364	568.734	791.364
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		16.313	-	16.313	-
Depósitos judiciais	20	93.168	91.358	93.170	91.360
Outros ativos		4.189	4.615	4.189	4.615
Total do ativo realizável a longo prazo		1.988.159	2.174.608	1.235.251	1.377.087
Investimento	11	269.035	254.986	-	-
Imobilizado	12	1.048.904	1.057.438	1.048.904	1.057.438
Direito de uso - arrendamento mercantil	15	1.502.603	1.474.548	1.502.603	1.474.548
Intangível	13	827.666	849.731	827.666	849.731
Total do ativo não circulante		5.636.367	5.811.311	4.614.424	4.758.804
Total do ativo		8.591.237	9.276.412	8.629.790	9.318.633

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	1.065.533	1.318.136	1.082.034	1.324.832
Obrigações de risco sacado	16	240.532	421.205	240.532	421.205
Empréstimos e debêntures	17	115.949	139.796	115.949	139.796
Arrendamentos	15	371.144	372.743	371.144	372.743
Obrigações trabalhistas	18	286.394	290.811	289.792	293.617
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	139.779	139.779	139.779	139.779
Tributos a recolher	19	77.524	281.077	78.839	283.456
Imposto de renda e contribuição social a recolher		47.187	93.501	48.887	102.521
Derivativos	4	10.946	1.760	10.946	1.760
Outros passivos	21	14.612	17.220	28.173	36.452
Total do passivo circulante		2.369.600	3.076.028	2.406.075	3.116.161
Não circulante					
Empréstimos e debêntures	17	821.453	820.676	821.453	820.676
Arrendamentos	15	1.442.171	1.407.500	1.442.171	1.407.500
Obrigações trabalhistas	18	12.599	16.152	12.599	16.152
Tributos a recolher	19	4.173	14.325	4.173	14.325
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	187.725	184.468	189.802	186.554
Outros passivos	21	50.683	50.209	50.683	50.209
Total do passivo não circulante		2.518.804	2.493.330	2.520.881	2.495.416
Total do passivo		4.888.404	5.569.358	4.926.956	5.611.577
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria	22	(54.303)	(48.190)	(54.303)	(48.190)
Reserva de capital		45.177	39.243	45.177	39.243
Reserva de lucros		1.868.222	1.868.222	1.868.222	1.868.222
Resultados abrangentes		(5.104)	602	(5.104)	602
Lucros acumulados		1.664	-	1.664	-
Total participação de controladores		3.702.833	3.707.054	3.702.833	3.707.054
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1	2
Total do patrimônio líquido		3.702.833	3.707.054	3.702.834	3.707.056
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.591.237	9.276.412	8.629.790	9.318.633

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida	26	1.543.774	1.534.543	1.619.562	1.612.082
Venda de mercadorias e serviços		1.538.429	1.511.939	1.543.170	1.515.622
Produtos e serviços financeiros		5.345	22.604	76.392	96.460
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(718.369)	(739.982)	(718.369)	(740.084)
Venda de mercadorias e serviços		(718.369)	(739.924)	(718.369)	(739.924)
Produtos e serviços financeiros		-	(58)	-	(160)
Lucro bruto		825.405	794.561	901.193	871.998
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	27	(589.375)	(560.321)	(593.571)	(566.772)
Gerais e administrativas	27	(227.185)	(217.927)	(227.514)	(218.236)
Perdas em créditos, líquida		-	-	(27.690)	(29.640)
Equivalência patrimonial	11	13.992	10.103	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(1.604)	16.397	(1.604)	16.397
Lucro antes do resultado financeiro		21.233	42.813	50.814	73.747
Resultado de variação cambial		2.358	2.216	2.358	2.216
Despesas financeiras		(137.249)	(156.437)	(121.484)	(145.749)
Receitas financeiras		47.852	56.860	59.943	66.390
Resultado FIDC C&A Pay		49.684	46.037	-	-
Resultado financeiro líquido	28	(37.355)	(51.324)	(59.183)	(77.143)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(16.122)	(8.511)	(8.369)	(3.396)
Corrente		(48.045)	-	(50.107)	(1.302)
Diferido		65.831	12.585	60.139	8.770
Imposto de renda e contribuição social		17.786	12.585	10.032	7.468
Lucro líquido do período		1.664	4.074	1.663	4.072
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				(1)	(2)
Controladores				1.664	4.074
Lucro básico por ação - em R\$	32			0,0055	0,0136
Lucro básico por ação diluído - em R\$	32			0,0054	0,0134

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R\$)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	1.664	4.074	1.663	4.072
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	(8.732)	(27.273)	(8.732)	(27.273)
Outros resultados abrangentes (a)	57	135	57	135
Efeitos tributários	2.969	9.273	2.969	9.273
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do período em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(5.706)	(17.865)	(5.706)	(17.865)
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas:	(4.042)	(13.791)	(4.043)	(13.793)
Não controladores			(1)	(2)
Controladores			(4.042)	(13.791)

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais - R\$)



	Reserva de capital				Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2024	1.847.177	(34.365)	10.516	38.771	87.832	75.720	36.677	1.238.905	7.251	-	3.308.484	4	3.308.488
Instrumentos patrimoniais outorgados -	-	-	-	3.896	-	-	-	-	-	-	3.896	-	3.896
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.039)	-	(36.039)
Recompra de ações	-	(36.039)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.039)
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.074	4.074	(2)	4.072
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.865)	-	(17.865)	-	(17.865)
Em 31 de março de 2025	1.847.177	(70.404)	10.516	42.667	87.832	75.720	36.677	1.238.905	(10.614)	4.074	3.262.550	2	3.262.552
Em 31 de dezembro de 2025	1.847.177	(48.190)	10.516	28.727	117.186	75.720	36.677	1.638.639	602	-	3.707.054	2	3.707.056
Instrumentos patrimoniais outorgados -	-	-	-	5.934	-	-	-	-	-	-	5.934	-	5.934
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.113)	-	(6.113)
Recompra de ações	-	(6.113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.113)
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664	1.664	(1)	1.663
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.706)	-	(5.706)	-	(5.706)
Em 31 de março de 2026	1.847.177	(54.303)	10.516	34.661	117.186	75.720	36.677	1.638.639	(5.104)	1.664	3.702.833	1	3.702.834

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais - R\$)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro				
	(16.122)	(8.511)	(8.369)	(3.396)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Constituição de perdas de crédito esperadas	7	7	28.054	31.950
Constituição de perdas nos estoques	8	32.898	32.898	20.091
Atualização e reconhecimento de créditos tributários	9	(14.145)	(14.145)	(17.850)
Equivalência patrimonial	11	(13.992)	-	-
Depreciação e amortização	12 e 13	90.988	90.988	85.789
Depreciação do direito de uso	15	97.172	97.172	92.072
Juros, variações monetárias e cambiais		86.587	74.472	106.037
Constituição de perdas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		12.648	12.639	10.637
Outros		5.840	1.099	(2.527)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais				
Contas a receber		442.912	541.485	633.476
Estoques		(197.694)	(197.694)	(173.309)
Tributos a recuperar		142.106	147.883	136.008
Depósitos judiciais		1.123	1.123	17.777
Outros ativos		(15.714)	(15.709)	(7.987)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais				
Fornecedores		(159.043)	(149.238)	(101.901)
Obrigações de risco sacado		(180.673)	(180.673)	(159.771)
Tributos a recolher		(283.642)	(291.474)	(273.788)
Obrigações trabalhistas		(7.970)	(7.378)	12.391
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		(9.391)	(9.391)	(21.408)
Outros passivos		(2.632)	(8.291)	(2.897)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes das aplicações financeiras e imposto de renda				
	11.263	170.577	145.451	381.394
Títulos e valores mobiliários		50.316	(79.635)	(148.885)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(24.421)	(27.036)	(43.143)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
	37.158	183.208	38.780	189.366
Aquisição de imobilizado	12	(116.978)	(116.978)	(92.379)
Aquisição de intangível	13	(45.020)	(45.020)	(42.462)
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		-	-	34
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento				
	(161.998)	(134.022)	(161.998)	(134.807)
Custos de transação de empréstimos/debêntures	17	-	-	(133)
Pagamento do principal dos empréstimos	17	-	-	(40.200)
Pagamento de juros sobre empréstimos	17	(58.960)	(58.960)	(56.207)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	15	(141.086)	(141.086)	(132.306)
Recompra de ações	22	(6.113)	(6.113)	(36.039)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento				
	(206.159)	(264.885)	(206.159)	(264.885)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(330.999)	(329.377)	(210.326)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		748.512	774.521	1.403.225
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		417.513	445.144	1.192.899

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais - R\$)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.054.388	2.035.299	2.131.315	2.113.994
Outras receitas operacionais	1.108	7.923	1.108	7.923
Provisão, reversão e perda de recebíveis	-	13	(27.690)	(29.627)
Receitas	2.055.496	2.043.235	2.104.733	2.092.290
Custos prod. merc. e serv. vendidos	(882.257)	(731.444)	(883.160)	(731.444)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(288.299)	(255.028)	(289.516)	(258.981)
Provisão, reversão e perda de outros ativos	(11.647)	4.729	(11.647)	4.729
Insumos adquiridos de terceiros	(1.182.203)	(981.743)	(1.184.323)	(985.696)
Valor adicionado bruto	873.293	1.061.492	920.410	1.106.594
Depreciação e amortização	(90.988)	(85.860)	(90.988)	(85.860)
Depreciação do direito de uso	(97.172)	(92.072)	(97.172)	(92.072)
Retenções	(188.160)	(177.932)	(188.160)	(177.932)
Valor adicionado líquido produzido	685.133	883.560	732.250	928.662
Resultado de equivalência patrimonial	13.992	10.103	-	-
Receitas financeiras	115.073	125.794	78.521	90.035
Valor adicionado recebido em transferência	129.065	135.897	78.521	90.035
Valor adicionado total a distribuir	814.198	1.019.457	810.771	1.018.697
Pessoal e encargos	244.440	243.600	247.221	246.100
Remuneração direta	181.577	171.737	183.601	173.739
Benefícios	38.139	38.006	38.615	38.235
F.G.T.S.	15.469	14.769	15.593	14.923
Outros	9.255	19.088	9.412	19.203
Impostos, Taxas e contribuições	357.657	542.473	367.218	549.903
Federais	59.120	174.991	68.461	182.225
Estaduais	281.555	352.110	281.555	352.110
Municipais	16.982	15.372	17.202	15.568
Remuneração de capitais de terceiros	210.437	229.310	194.669	218.622
Aluguéis	63.485	56.896	63.485	56.896
Despesas com Juros	146.952	172.414	131.184	161.726
Remuneração de capitais próprios	1.664	4.074	1.663	4.072
Lucros retidos	1.664	4.074	1.664	4.072
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(1)	-
Distribuição do valor adicionado	814.198	1.019.457	810.771	1.018.697

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como “C&A”, desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

- I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

- I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
- II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
- III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
- IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

A C&A realiza suas vendas por meio de 339 lojas (340 lojas em 31 de dezembro de 2025) e comércio online abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

1.1. Transações e eventos significativos

1.1.1. Reforma tributária

A C&A vem acompanhando as discussões e a evolução da Reforma Tributária aprovada, que promove alterações relevantes na sistemática de tributação sobre o consumo no Brasil. Contudo, considerando que, até a presente data, a regulamentação infraconstitucional ainda não foi concluída, bem como os prazos de transição previstos para a implementação do novo modelo, a Administração avaliou que não há impactos mensuráveis ou que demandem reconhecimento ou divulgação específica nas informações contábeis intermediárias encerradas em 31 de março de 2026. Os potenciais impactos contábeis, financeiros e operacionais decorrentes da Reforma Tributária somente poderão ser adequadamente avaliados quando da conclusão do processo de regulamentação e da definição final das regras aplicáveis, incluindo alíquotas, regimes de créditos e demais aspectos operacionais.



A C&A continuará monitorando a evolução do tema e procederá à avaliação dos eventuais efeitos nas informações contábeis intermediárias de períodos futuros, quando houver elementos suficientes para tal mensuração.

1.1.2. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu uma reforma na política de incentivos fiscais federais, abrangendo diversos setores econômicos. A norma introduziu a redução linear de benefícios fiscais e reforçou critérios de governança, temporalidade e avaliação para concessão e manutenção de incentivos. Adicionalmente, a legislação majorou as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis para fintechs, instituições financeiras e demais entidades a elas equipadas, com vigência a partir de 01 de abril de 2026.

No caso das Sociedades de Crédito Direto (SCDs), a LC 224/2025 estabeleceu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), anteriormente fixada em 9%, passando a vigorar de forma escalonada, conforme segue:

- 12% no período de 01/04/2026 e 31/12/2027;
- 15% a partir de 01/01/2028.

Apesar da majoração da CSLL, não se espera impacto relevante para a Companhia, uma vez que a SCD C&A Pay não apresenta geração significativa de lucro, tornando o efeito fiscal estimado pouco material no resultado.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da C&A referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da C&A, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1).

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2026 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2026.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e instrumentos financeiros



derivativos mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

O exercício social das controladas é o mesmo da Controladora e as práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme. Todas as transações são totalmente eliminadas na consolidação.

Participação	Controladas Diretas		Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
	Orion	C&A Pay Holding	C&A Pay SCD	C&A Pay FIDC
31/03/2026	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%
31/12/2025	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%

2.4. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 (correspondente ao pronunciamento técnico CPC 09 (R1)) - Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pela C&A durante o trimestre, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.



2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas são:

- (a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- (b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- (c) perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa;
- (d) perdas estimadas em estoques;
- (e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos;;
- (f) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- (g) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- (h) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- (i) incentivos de curto e longo prazo concedidos a empregados – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos;
- (j) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas estão apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram devidamente aprovadas pela Administração da Companhia.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2026

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026. A Companhia está se preparando para o cumprimento antecipado da divulgação das informações relacionadas as normas CBPS 1 e CPBS 2, com publicação em 2026.

(a) CBPS 1/ IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

A norma tem como objetivo exigir que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de forma a fornecer dados relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, apoiando a tomada de decisões quanto ao fornecimento de recursos à entidade.

**(b) CBPS 2 / IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima**

Esta norma tem como objetivo estabelecer requisitos para a identificação, mensuração e divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima. Essas informações devem ser úteis aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, auxiliando na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

3.2. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes**(a) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras**

A norma tem como objetivo aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, com ênfase especial na demonstração do resultado, ao exigir a classificação das receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas.

Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela Administração – subtotais de receitas e despesas que não estão especificados na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC e IFRS – mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da Administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade.

A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas.

A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.

Não existem normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impacto relevante nas informações contábeis intermediárias da Companhia ou de suas controladas.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**4.1. Instrumentos financeiros - Política contábil**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

A Companhia adota a política contábil de classificar os juros pagos sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos, bem como dividendos e juros sobre capital próprio, como fluxos de caixa das atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. Na C&A estão classificados em:

I. Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos.

II. Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de swap que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos públicos mantidas como disponíveis para venda ou recebimento de juros contratuais. A C&A adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

4.1.2. Categorias de instrumentos financeiros e seus valores

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de mensuração são apresentados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).



4.1.3. Instrumentos financeiros e valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros da C&A foi avaliado em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos.

A C&A não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Dessa forma, não são apresentadas divulgações adicionais relacionadas a esse nível, uma vez que não há utilização de premissas não observáveis na mensuração de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

Nota	Nível	Controladora				Consolidado				
		31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025		
		Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	
Ativos financeiros										
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	748.512	748.512	445.144	445.144	774.521	774.521	
Contas a receber	7	Nível 2	524.988	524.988	962.127	962.127	1.194.322	1.194.322	1.753.283	1.753.283
Subtotal			942.501	942.501	1.710.639	1.710.639	1.639.466	1.639.466	2.527.804	2.527.804
Valor justo por meio do resultado										
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 1	-	-	-	-	189.788	189.788	76.159	76.159
FIDC C&A Pay	7	Nível 2	707.534	707.534	757.850	757.850	-	-	-	-
Subtotal			707.534	707.534	757.850	757.850	189.788	189.788	76.159	76.159
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Aplicações financeiras	6	Nível 1	-	-	-	-	170.816	171.247	192.695	193.192
Derivativos	-	Nível 2	-	-	2.552	2.552	-	-	2.552	2.552
Subtotal			-	-	2.552	2.552	170.816	171.247	195.247	195.744
Total dos ativos			1.650.035	1.650.035	2.471.041	2.471.041	2.000.070	2.000.501	2.799.210	2.799.707



	Nota	Nível	Controladora				Consolidado			
			31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
			Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil
Passivos financeiros										
Custo amortizado										
Arrendamento mercantil	15	Nível 2	(1.813.315)	(1.813.315)	(1.780.243)	(1.780.243)	(1.813.315)	(1.813.315)	(1.780.243)	(1.780.243)
Fornecedores e risco sacado	16	Nível 2	(1.306.065)	(1.306.065)	(1.739.341)	(1.739.341)	(1.322.566)	(1.322.566)	(1.746.037)	(1.746.037)
Empréstimos e debêntures	17	Nível 2	(940.032)	(937.402)	(918.802)	(960.472)	(940.032)	(937.402)	(918.802)	(960.472)
Subtotal			(4.059.412)	(4.056.782)	(4.438.386)	(4.480.056)	(4.075.913)	(4.073.283)	(4.445.082)	(4.486.752)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Derivativos	-	Nível 2	(10.946)	(10.946)	(1.760)	(1.760)	(10.946)	(10.946)	(1.760)	(1.760)
Subtotal			(10.946)	(10.946)	(1.760)	(1.760)	(10.946)	(10.946)	(1.760)	(1.760)
Total dos passivos			(4.070.358)	(4.067.728)	(4.440.146)	(4.481.816)	(4.086.859)	(4.084.229)	(4.446.842)	(4.488.512)

4.2. Gerenciamento de riscos financeiros

Em função de suas atividades, a C&A está exposta a determinados riscos financeiros, dentre os quais se destacam os:

- I. mercado, incluindo risco cambial e risco de taxa de juros;
- II. crédito e;
- III. liquidez.

Esses riscos são avaliados e gerenciados de forma contínua e sistemática, em conformidade com os limites, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas financeiras da Companhia, com o objetivo de mitigar eventuais impactos adversos sobre sua posição financeira, fluxo de caixa e resultados.

Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção do fluxo de caixa contra descasamento.

O departamento de Tesouraria da Companhia é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. A Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa e moedas;

4.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de



commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e instrumentos financeiro derivativos.

4.2.1.1. Risco de taxa de juros

A C&A está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A C&A busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 27 de março de 2026 (CDI anualizado 14,53%).

Risco	Saldo em 31/03/2026	Taxa	Cenário provável	Controladora				
				Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras	Baixa CDI	390.281	CDI	54.443	68.054	81.665	40.832	27.221
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(937.402)	CDI	(151.953)	(189.941)	(227.929)	(113.965)	(75.976)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS	(547.121)		(97.510)	(121.887)	(146.264)	(73.133)	(48.755)	
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(64.357)	(80.445)	(96.534)	(48.268)	(32.178)	

Risco	Saldo em 31/03/2026	Taxa	Cenário provável	Consolidado				
				Aumento nos Juros		Queda nos juros		
				Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%	
Aplicações financeiras	Baixa CDI	773.792	CDI	107.646	134.558	161.469	80.734	53.823
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(937.402)	CDI	(151.953)	(189.941)	(227.930)	(113.965)	(75.976)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS	(163.610)		(44.307)	(55.383)	(66.461)	(33.231)	(22.153)	
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(29.243)	(36.553)	(43.864)	(21.932)	(14.621)	



A receita financeira, demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), considera um rendimento médio de 100,71% do CDI no primeiro trimestre de 2026 na controladora (durante o primeiro trimestre 2025: 100,24%) e 100,42% do CDI no consolidado (durante o primeiro trimestre 2025: 100,18%). Para os empréstimos e debêntures, considera-se 111,60% do CDI (durante o primeiro trimestre 2025: 114,11%).

4.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração da C&A e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

Importação de mercadoria: A C&A se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a C&A não está protegida. A C&A demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira da C&A mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 27 de março de 2026. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

		Controladora e Consolidado			
		Cenários			
Risco	Nocional USD (Pagar)Receber	Provável USD1=R\$5,40	Possível +25% USD1 = R\$ 6,75	Remoto + 50% USD1 = R\$ 8,10	
Objeto de Hedge					
Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(60.778)	(10.977)	(93.027)	(175.076)
Pagamento futuro de mercadorias importadas	Alta do dólar	(47.058)	(8.498)	(72.027)	(135.555)
Instrumento de Hedge					
NDF	Baixa do dólar	47.921	8.654	73.348	138.041
Exposição líquida de pedidos de importação		(59.915)	(10.821)	(91.706)	(172.590)
Impostos não recuperáveis - 36% (a)		(21.880)	(3.952)	(33.490)	(63.027)
Exposição líquida total		(81.795)	(14.773)	(125.196)	(235.617)
Efeito no resultado líquido de IR/CS		(53.985)	(9.750)	(82.629)	(155.507)



USD em 31/03/2026 = R\$5,2194

- (a) O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).

Instrumentos financeiros derivativos - Designados para *hedge accounting* (controladora e consolidado)

A C&A utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

31/03/2026						
Contrato	Moeda contratada		Vencimento	Valor de referência (nocial) - USD	Valor justo	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
NDF	USD	BRL	04/2026	12.089	-	(3.623)
NDF	USD	BRL	05/2026	12.480	-	(3.250)
NDF	USD	BRL	06/2026	10.524	-	(2.588)
NDF	USD	BRL	07/2026	6.580	-	(1.031)
NDF	USD	BRL	08/2026	3.485	-	(339)
NDF	USD	BRL	09/2026	2.763	-	(115)
Total NDF				47.921	-	(10.946)

31/12/2025						
Contrato	Moeda contratada		Vencimento	Valor de referência (nocial) - USD	Valor justo	
	Ativo	Passivo			Ativo	Passivo
NDF	USD	BRL	01/2026	10.451	322	(898)
NDF	USD	BRL	02/2026	8.673	489	(520)
NDF	USD	BRL	03/2026	10.401	558	(284)
NDF	USD	BRL	04/2026	10.436	339	-
NDF	USD	BRL	05/2026	10.303	636	(51)
NDF	USD	BRL	06/2026	4.243	208	(7)
Total NDF				54.507	2.552	(1.760)



4.2.2. Risco de crédito

- I. **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a política da C&A, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.
- II. **Recebíveis:** a C&A possui um cartão próprio chamado de C&A Pay o qual é operado pela controlada SCD – C&A Pay. A SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 7).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pela C&A com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso. Alterações no cenário macroeconômico e mudanças no perfil dos clientes podem influenciar o nível de perda esperada.

O risco de crédito das demais operações com vendas é minimizado à medida que os recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados por empresas administradoras de cartão de crédito e o risco é integralmente delas.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

4.2.2. Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

- I. Garantir recursos para a continuidade da gestão operacional em momentos de incerteza
- II. Assegurar a execução da estratégia de investimentos e expansão; e
- III. Observar a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da C&A para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A C&A investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros) consolidados da C&A:

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de março de 2026	Valor contábil	Valor contratado	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Arrendamento mercantil	(1.813.315)	(2.543.609)	(552.432)	(824.584)	(1.060.570)	(106.023)
Empréstimos e debêntures	(937.402)	(1.173.855)	(231.700)	(865.796)	(76.359)	-
Fornecedores	(1.082.034)	(1.082.034)	(1.082.034)	-	-	-
Obrigações de risco sacado	(240.532)	(240.532)	(240.532)	-	-	-
Total	(4.073.283)	(5.040.030)	(2.106.698)	(1.690.380)	(1.136.929)	(106.023)

4.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da C&A é assegurar uma estrutura adequada de financiamento para a manutenção e o crescimento de suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital ajustando-a às condições econômicas vigentes, por meio da combinação de capital próprio e capital de terceiros. Nesse contexto, a C&A monitora continuamente o nível de endividamento, buscando manter indicadores financeiros compatíveis com sua estratégia, perfil de risco e capacidade de geração de caixa.

Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no trimestre findo em 31 de março de 2026.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento				
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	937.402	960.472	937.402	960.472
Caixa e equivalentes de caixa	(417.513)	(748.512)	(445.144)	(774.521)
Aplicações financeiras	-	-	(360.604)	(268.854)
Dívida (caixa) líquida	519.889	211.960	131.654	(82.903)
Participação de acionistas não controladores	-	-	1	2
Total do patrimônio líquido	3.707.833	3.707.054	3.707.834	3.707.056
Índice de alavancagem financeira	14%	6%	4%	-2%

Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento				
Dívida (caixa) líquida sem passivo de arrendamento	519.889	211.960	131.654	(82.903)
Passivo de arrendamento	1.813.315	1.780.243	1.813.315	1.780.243
Dívida líquida ajustada	2.333.204	1.992.203	1.944.969	1.697.340
Total do patrimônio líquido	3.707.833	3.707.054	3.707.834	3.707.056
Índice de alavancagem financeira	63%	54%	53%	46%



5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A C&A considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

As aplicações financeiras incluem títulos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura, abrangendo substancialmente aplicações em fundos de investimento, cujas carteiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), títulos públicos e letras financeiras e debêntures, entre outros, utilizados para o gerenciamento de caixa das atividades operacionais da Companhia. Essas aplicações são registradas pelo valor justo, e a receita gerada por esses investimentos é reconhecida como receita financeira.

5.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos		27.232	45.020	31.956	48.827
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	2% a 10% do CDI	3.455	8.656	3.498	8.692
Certificado de depósito bancário (*)	96% a 103% do CDI	386.826	694.836	409.690	717.002
		417.513	748.512	445.144	774.521

(*) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

6. Títulos e valores mobiliários

6.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso da C&A.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
LFT- Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	-	-	177.965	199.600
FIDC - C&A Pay			707.534	757.850	-	-
Fundo de investimento renda fixa			-	-	182.639	69.254
			707.534	757.850	360.604	268.854
Ativo circulante			-	-	360.604	268.854
Ativo não circulante			707.534	757.850	-	-

6.3. FIDC C&A Pay

Em 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	31/03/2026		31/12/2025	
	FIDC	FIDC ajustado (a)	FIDC	FIDC ajustado (a)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.519	1.519	2.641	2.641
Aplicações financeiras	189.787	189.787	76.158	76.158
Contas a receber	698.933	572.154	872.198	745.663
Outros créditos	4.344	4.344	3.987	3.987
Total do ativo	894.583	767.804	954.984	828.449
Passivo e patrimônio líquido				
Contas a pagar	52.371	60.270	77.413	70.599
Patrimônio líquido	842.212	707.534	877.571	757.850
Total do passivo e do patrimônio líquido	894.583	767.804	954.984	828.449

(a) Os ajustes de consolidação são compostos pela eliminação da diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do deságio na operação de cessão de recebíveis entre C&A PAY e o FIDC.

7. Contas a receber

7.1. Política contábil

As contas a receber são apresentadas pelos seus valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas calculadas conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48 e IFRS 9 - *Instrumentos financeiros*. Esses saldos compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e por meio do cartão digital próprio disponibilizado via C&A Pay.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As vendas a prazo são ajustadas a valor presente na data-base das informações contábeis intermediárias, utilizando taxas de mercado que refletem o spread de risco da Companhia. Em 31 de março de 2026, a taxa média aplicada foi de 1,15% a.m. (1,17% a.m. em 31 de dezembro de 2025), e a realização do ajuste é reconhecida como receita de vendas.

A C&A mensura as perdas de créditos esperadas (PECLD) com base no modelo simplificado do CPC 48 e IFRS 9, que não considera a avaliação de risco e crédito cliente a cliente, ao invés disto considera a carteira de massa baseado em dados históricos, projeções econômicas, avaliação contínua do risco e estimativas futuras de comportamento de crédito, reconhecendo-as ao longo da vida dos ativos financeiros.

A metodologia abrange tanto os saldos ativos quanto os limites de crédito não utilizados. Créditos vencidos sem expectativa de recuperação são baixados como prejuízo (*write-off*) a partir de 721 dias de inadimplência, com reversão das provisões previamente constituídas.

No âmbito das renegociações de crédito, a C&A aplica políticas específicas para clientes com dificuldade de pagamento, ajustando os termos conforme o perfil de crédito. As operações renegociadas são classificadas no estágio 3 da carteira de recebíveis, impactando o provisionamento de perdas esperadas. Nesses casos, a mensuração passa a considerar o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.

7.2. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Operadoras de cartão	492.265	875.801	492.265	875.801
Cartão C&A Pay – partes relacionadas (a)	26.795	77.722	-	-
Cartão C&A Pay – terceiros	-	-	1.016.679	1.214.130
Ajuste a valor presente	(6.480)	(12.317)	(22.652)	(33.230)
Perdas de crédito esperadas	(371)	(371)	(304.959)	(324.162)
Contas a receber – clientes	512.209	940.835	1.181.333	1.732.539
Contas a receber - parceiros de negócios	12.779	21.292	12.989	20.744
Outras contas a receber	12.779	21.292	12.989	20.744
Total das contas a receber	524.988	962.127	1.194.322	1.753.283

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartilhamentos de despesas.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2026, a C&A Modas antecipou R\$582.814 (R\$474.838 durante o mesmo período de 2025) em recebíveis com a C&A Pay SCD, gerando custo financeiro de R\$ 15.781 (R\$10.699 durante o mesmo período de 2025).

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As taxas das operações variaram de 1,22% a 1,24% ao mês (ante 1,04% a 1,19% a.m. em 2025). Os encargos foram registrados como despesa financeira na C&A Modas e como receita financeira na C&A Pay SCD.

7.2.1. Movimentação das perdas estimadas em crédito

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(371)	(324.162)
(-) Constituição	(7)	(28.054)
(+) Baixa	7	47.257
Saldo em 31 de março de 2026	(371)	(304.959)
Estimativa de perda C&A Pay	-	(304.588)
Estimativa de outras perdas	(371)	(371)

No trimestre findo em 31 de março de 2026 o C&A PAY FIDC realizou cessões de recebíveis de cartão de crédito, referente a operações já baixadas (superiores a 720 dias de atraso), no valor de R\$72.078 ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL VI, resultando em uma recuperação de perdas de R\$4.058 registrados na rubrica "Perdas em créditos, líquida" na demonstração de resultado.

7.3. C&A Pay

7.3.1. Composição da carteira por faixa de vencimento e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

Composição da carteira por faixa de vencimento

	FIDC C&A Pay	
	31/03/2026	31/12/2025
Até 30 dias	232.571	283.074
De 31 a 90 dias	256.033	341.958
Acima de 90 dias	178.900	236.401
A vencer	667.504	861.433
Até 30 dias	16.310	14.956
De 31 a 90 dias	40.930	24.925
Acima de 90 dias	291.935	312.816
Vencidos	349.175	352.697
Total	1.016.679	1.214.130

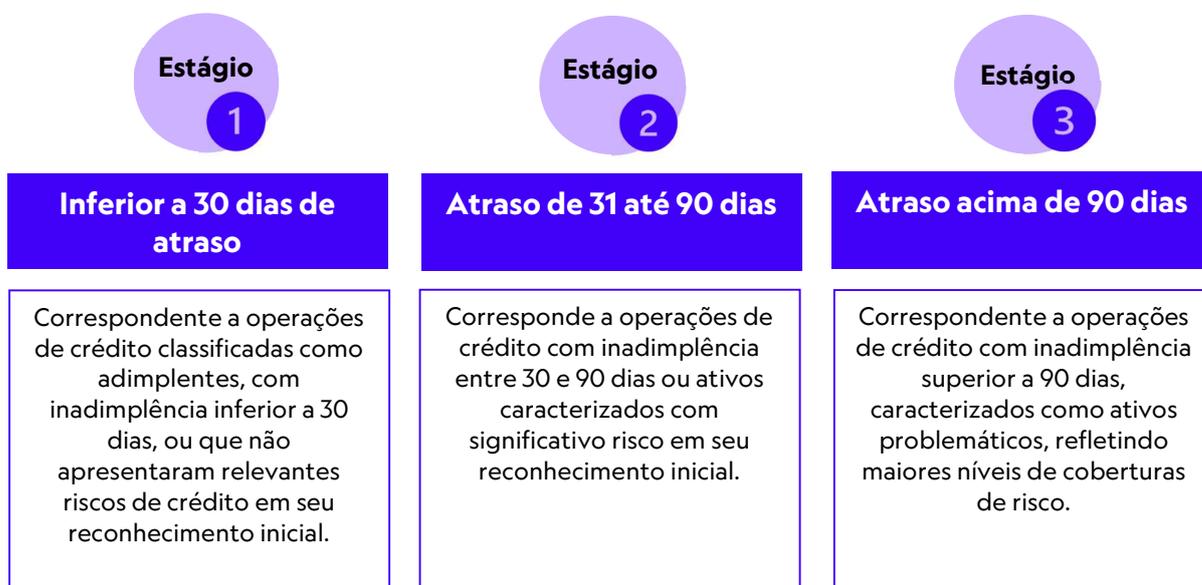
**7.3.2. Gerenciamento de riscos de perda de crédito**

A C&A adota uma política de concessão de crédito alinhada às diretrizes de governança e gestão do portfólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê executivo de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação destes fatores proporcionou no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2026 um recebimento total de R\$ 15.649 provenientes de operações inadimplentes, mas ainda em carteira ativa entre 61 e 720 dias de atraso (R\$ 22.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo as operações de serviços financeiros da C&A dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.

7.3.3. Estágios e componentes das perdas esperadas em operações de crédito

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito classificadas por estágio, que representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos.



$$\text{Perda Esperada} = \text{PD} \times \text{EAD} \times \text{LGD}$$

Expected Credit Loss (ECL) *Probability of Default* *Exposure at Default* *Loss Given Default*



- ✓ Probabilidade de Inadimplência (PD): Refere-se à probabilidade de que um devedor não consiga cumprir suas obrigações financeiras em um determinado período.
- ✓ Exposição no Momento da Inadimplência (EAD): Refere-se ao valor monetário que estará exposto quando ocorrer o default, incluindo o saldo principal, juros acumulados, saldos disponíveis ainda não utilizados.
- ✓ Perda Dada a Inadimplência (LGD): Refere-se expectativa de perda após caracterizada a inadimplência, considerando um percentual específico sobre o valor total do ativo problemático.

7.3.4. Composição da perda estimada por estágio

Perda estimada por estágio

Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	C&A Pay				
	31/03/2026				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
A Vencer	Vencida	Total			
Estágio 1	648.762	14.686	663.448	17.183	2,59%
Estágio 2	12.643	38.638	51.281	14.322	27,93%
Estágio 3 - Até 360 dias	6.099	123.922	130.021	105.464	81,11%
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	171.929	171.929	167.198	97,25%
Saldo carteira ativa (on balance)	667.504	349.175	1.016.679	304.167	29,92%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			521.641	421	0,08%
Total Geral			1.538.320	304.588	19,80%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					29,96%

Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	C&A Pay				
	31/12/2025				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
A Vencer	Vencida	Total			
Estágio 1	843.010	12.389	855.399	20.995	2,45%
Estágio 2	12.109	23.281	35.390	12.091	34,16%
Estágio 3 - Até 360 dias	6.314	140.485	146.799	119.530	81,42%
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	176.542	176.542	171.020	96,87%
Saldo carteira ativa (on balance)	861.433	352.697	1.214.130	323.636	26,67%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			788.743	155	0,02%
Total Geral			2.002.873	323.791	16,17%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					26,68%



8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. A realização do ajuste a valor presente é apropriada como despesa financeira. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A estimativa para perda nos estoques é constituída baseada em dados históricos com furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrem.

8.2. Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Mercadorias para revenda	1.290.349	1.121.082
Estoque de matéria prima	884	1.133
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	4.390	4.291
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	44	57
Mercadoria em poder de terceiros	7	-
Ajuste a valor presente	(28.946)	(30.112)
Perdas estimadas	(62.788)	(53.491)
	1.203.940	1.042.960
Importações em andamento	116.889	111.906
	1.320.829	1.154.866

8.3. Movimentação das perdas estimadas

	Controladora e Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2025	43.180
(+) Perdas estimadas	106.127
(-) Baixa por utilização	(95.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.491
(+) Perdas estimadas	32.898
(-) Baixa por utilização	(23.601)
Saldo em 31 de março de 2026	62.788



A C&A realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

9.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais da C&A, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

9.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PIS/COFINS ações judiciais	738.637	763.700	738.637	763.700
PIS/COFINS corrente	77.882	183.294	77.882	183.294
ICMS corrente	236.984	163.534	236.984	163.534
ICMS ações judiciais	111.175	110.761	111.175	110.761
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	15.563	19.063	16.093	19.680
Outros (a)	10.988	10.627	10.989	10.627
	1.191.229	1.250.979	1.191.760	1.251.596
Ativo circulante	622.495	459.615	623.026	460.232
Ativo não circulante	568.734	791.364	568.734	791.364

a) Refere-se, substancialmente, a créditos previdenciários.

9.2.1. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, apresenta a seguinte expectativa de realização em 31 de março de 2026:

Ano	Controladora	Consolidado
abr a dez/2026	482.174	482.705
2027	410.851	410.851
2028	259.734	259.734
2029	15.863	15.863
2030 a 2031	22.607	22.607
Total	1.191.229	1.191.760
Ativo circulante	622.495	623.026
Ativo não circulante	568.734	568.734

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade no período findo em 31 de março de 2026.

**9.2.2. PIS/COFINS ações judiciais**

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (a)	322.877	337.463
Ação Judicial Zona Franca de Manaus (b)	154.650	161.287
Ação Judicial Lei do Bem (c)	171.623	177.234
ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS (d)	89.487	87.716
	738.637	763.700

Movimentações:

	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	763.700	804.944
(-) Compensações	(39.208)	(35.403)
(+) Reconhecimento do principal	311	3.055
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	13.834	14.795
Saldo final	738.637	787.391

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. O saldo da primeira ação foi integralmente compensado em outubro de 2025 e a compensação da segunda ação iniciou em janeiro de 2026.

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020, ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM à exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA.

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de *smartphones* produzidos no país até 31 de dezembro de 2018.

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis com o trânsito em julgado em janeiro e outubro de 2025, respectivamente.



9.2.3. Créditos relativos ao ICMS

(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado para a maioria das ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia avalia como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de março de 2026 é de R\$88.730 (R\$93.582 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL - venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS - DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado em 31 de março de 2026 é de R\$19.549 (R\$19.134 em 31 de dezembro de 2025).

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Política contábil

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com exceção da empresa C&A Pay cuja alíquota aplicável a partir de abril de 2026, é de 12%, conforme legislação específica. Ressalta-se que o imposto diferido já se encontra registrado considerando a alíquota de 12%, em função do momento estimado de realização dos respectivos tributos. Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079, que



instituiu o Adicional da CSLL com o objetivo de adequar a legislação brasileira às Regras GloBE, alinhando o país ao Pilar 2 do Projeto BEPS da OCDE, cuja diretriz estabelece uma alíquota mínima global de 15% para grupos multinacionais com faturamento anual superior a € 750 milhões.

A Companhia monitora continuamente as projeções de resultado tributável e os ajustes ao lucro real, a fim de garantir a observância do limite mínimo da alíquota efetiva da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Nesse contexto, a expectativa é de que não haja a incidência do adicional de CSLL instituído pela Lei nº 15.079/24 no exercício social de 2026.

A Administração exerce julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

10.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora			Saldo em 31/03/2026
	Saldo em 31/12/2025	Aumento/(Redução)		
		no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas (a)	342.804	(21.218)	-	321.586
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	62.719	1.107	-	63.826
Provisão para perda de estoques e contas a receber	38.851	(413)	-	38.438
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	2.495	166	-	2.661
Provisão para participação no lucro - ICP	24.820	(21.702)	-	3.118
Arrendamentos CPC 06 (R2) - IFRS 16	109.477	1.941	-	111.418
Ajustes a valor justo	1.539	(1.305)	-	234
Realização deságio FIDC	33.595	6.697	-	40.292
Plano de remuneração baseado em ações	12.674	2.017	-	14.691
Provisão de gastos para devolução de lojas	13.985	152	-	14.137
Outras (b)	57.696	3.051	2.969	63.716
Ativo fiscal diferido	700.655	(29.507)	2.969	674.117
Créditos extemporâneos	(163.494)	97.796	-	(65.698)
Ajustes a valor presente	(7.740)	(2.458)	-	(10.198)
Passivo fiscal diferido	(171.234)	95.338	-	(75.896)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	529.421	65.831	2.969	598.221



	Consolidado			Saldo em 31/03/2026
	Aumento/(Redução)			
	Saldo em 31/12/2025	no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas (a)	342.804	(21.218)	-	321.586
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	63.428	1.167	-	64.595
Provisão para perda de estoques e contas a receber	39.853	(342)	-	39.511
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	2.495	166	-	2.661
Provisão para participação no lucro	25.347	(22.081)	-	3.266
Arrendamentos CPC 06 (R2) – IFRS 16	109.477	1.941	-	111.418
Ajustes a valor justo	1.539	(1.305)	-	234
Plano de remuneração baseado em ações	12.674	2.017	-	14.691
Provisão de gastos para devolução de lojas	13.985	152	-	14.137
Outras (b)	57.697	3.050	2.969	63.716
Ativo fiscal diferido	669.299	(36.453)	2.969	635.815
Créditos extemporâneos	(163.494)	97.796	-	(65.698)
Ajustes de consolidação	(8.317)	1.254	(11)	(7.074)
Ajustes a valor presente	(7.740)	(2.458)	-	(10.198)
Passivo fiscal diferido	(179.551)	96.592	(11)	(82.970)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	489.748	60.139	2.958	552.845

(a) Não são constituídos tributos diferidos na controlada Orion, pois não é provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua utilização. O saldo não constituído desses tributos diferidos é no montante de R\$ 22.892 em 31 de março de 2026 (R\$22.809 em 31 de dezembro de 2025).

(b) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios, honorários advocatícios.

10.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de março de 2026

A C&A revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
abr a dez/2026	139.803	101.107
2027	119.657	120.051
2028	138.176	138.176
2029	121.201	121.201
De 2030 a 2031	138.054	138.054
De 2032 a 2036	17.226	17.226
	674.117	635.815

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização dos tributos diferidos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade desse valor em 31 de março de 2026.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.4. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(16.122)	(8.511)	(8.369)	(3.396)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	5.481	2.894	2.845	1.155
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	4.757	3.435	-	-
Inovação tecnológica - P&D	2.609	-	2.609	-
Juros atualização SELIC sobre Indébito Tributário	4.885	7.478	4.889	7.478
Diferença de alíquota - controladora financeira	-	-	161	-
Outros	54	(1.222)	(472)	(1.165)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	17.786	12.585	10.032	7.468
Corrente	(48.045)	-	(50.107)	(1.302)
Diferido	65.831	12.585	60.139	8.770
	17.786	12.585	10.032	7.468
Alíquota efetiva	110%	148%	120%	220%

11. Investimento

11.1. Política contábil

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

11.2. Informações sobre investimento em controladas

Controladas	31/03/2026							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro Líquido	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	14.174	(1.594)	12.580	-	199	12.579	199
C&A Pay Holding	99,99%	306.973	(50.515)	256.458	10.956	13.792	256.456	13.793
Total							269.035	13.992

Controladas	31/12/2025							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro Líquido	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	14.002	(1.621)	12.381	712	1.219	12.380	1.219
C&A Pay Holding	99,99%	352.262	(109.656)	242.606	56.106	65.562	242.606	65.562
Total							254.986	66.781

**11.3. Movimentação do investimento**

	Orion	C&A Pay Holding	Total
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2025	12.380	242.606	254.986
(+/-) Equivalência patrimonial (a)	199	13.793	13.992
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	57	57
Saldos de investimentos em 31 de março de 2026	12.579	256.456	269.035

(a) Considera eliminação entre transações de partes relacionadas referente ao deságio da C&A Pay no valor de R\$76.240.

12. Imobilizado**12.1. Política contábil**

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e estimativa de desvalorização (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados, considerando a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas da C&A. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é alienado, quando a entidade perde o controle sobre ele ou quando não se espera mais a geração de benefícios econômicos futuros. Nesse momento, é reconhecido o ganho ou a perda decorrente da operação, mensurado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo.

12.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31/03/2026
Benfeitorias	1.622.306	(1.078.070)	(3.202)	541.034
Móveis e utensílios	738.476	(430.431)	(49)	307.996
Máquinas e equipamentos	230.590	(119.340)	(85)	111.165
Equipamentos de Informática	327.731	(262.510)	(76)	65.145
Imobilizado em andamento	22.569	-	-	22.569
Custo estimado de devolução de lojas	2.913	(2.044)	-	869
Terrenos	126	-	-	126
Veículos	20	(20)	-	-
	2.944.731	(1.892.415)	(3.412)	1.048.904

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31/12/2025
Benfeitorias	1.620.259	(1.061.434)	(2.868)	555.957
Móveis e utensílios	735.366	(416.999)	(27)	318.340
Máquinas e equipamentos	217.343	(114.994)	(23)	102.326
Equipamentos de Informática	325.955	(255.475)	(26)	70.454
Imobilizado em andamento	9.192	-	-	9.192
Custo estimado de devolução de lojas	3.086	(2.043)	-	1.043
Terrenos	126	-	-	126
Veículos	20	(20)	-	-
	2.911.347	(1.850.965)	(2.944)	1.057.438

A C&A não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

12.2.1. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Prazo médio depreciação em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Adições (b)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2026
Máquinas e equipamentos	7%	102.326	-	(2.171)	(23)	11.095	(62)	111.165
Móveis e utensílios	11%	318.340	4.290	(14.184)	(29)	(399)	(22)	307.996
Equipamentos de informática	20%	70.454	1.407	(7.265)	(7)	606	(50)	65.145
Benfeitorias (a)	9%	555.957	-	(21.041)	(44)	6.496	(334)	541.034
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	9.192	31.175	-	-	(17.798)	-	22.569
Custo estimado de devolução de lojas	-	1.043	108	-	(282)	-	-	869
Total		1.057.438	36.980	(44.661)	(385)	-	(468)	1.048.904

(a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.

(b) Durante o primeiro trimestre de 2026, a C&A adquiriu R\$36.980 de ativos imobilizados, dos quais R\$13.151 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$22.807 durante o mesmo período de 2025 dos quais R\$16.248 encontravam-se como contas a pagar) e R\$93.149 foram desembolsados em 2026 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2025 (no exercício de 2025 foram desembolsados R\$85.821, referente aos anos anteriores).

	Prazo médio depreciação em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições (b)	Depreciação	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Máquinas e equipamentos	7%	88.990	-	(1.842)	(147)	393	147	87.541
Móveis e utensílios	11%	228.459	7.228	(11.162)	(322)	27	663	224.893
Equipamentos de informática	20%	64.026	1.096	(6.497)	(45)	53	91	58.724
Benfeitorias (a)	9%	434.292	41	(18.130)	(1.999)	13.051	2.003	429.258
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	5.448	14.442	-	-	(13.524)	-	6.366
Ativo em poder de terceiro	-	227	-	-	-	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	-	2.146	-	-	(675)	-	-	1.471
Total		823.714	22.807	(37.631)	(3.188)	-	2.904	808.606



13. Intangível

13.1. Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Sistemas de informática contempla os gastos com licenciamento de softwares e com o desenvolvimento interno de sistemas.

Os dispêndios com desenvolvimento que correspondem a gastos diretos com pessoal e serviços, são capitalizados como ativos intangíveis quando atendem aos seguintes critérios: viabilidade técnica para conclusão do projeto, intenção e capacidade de uso ou comercialização, geração de benefícios econômicos futuros e possibilidade de mensuração confiável dos custos envolvidos. Os gastos relacionados à manutenção e à pesquisa são reconhecidos diretamente como despesa no resultado do exercício.

A amortização desses ativos tem início quando estão disponíveis para uso, sendo calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos a testes de recuperabilidade realizados anualmente.

13.2. Composição do intangível (controladora e consolidado)

	31/03/2026				31/12/2025			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.094.273	(739.218)	(401)	354.654	1.076.698	(693.705)	(384)	382.609
Fundo de comércio	77.273	(59.722)	-	17.551	77.273	(58.910)	-	18.363
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	40.461	-	-	40.461	33.759	-	-	33.759
Total	1.627.007	(798.940)	(401)	827.666	1.602.730	(752.615)	(384)	849.731

A Companhia detém um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Esse direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021 e não possui prazo determinado para sua utilização. A operação foi registrada pelo valor de aquisição de R\$ 415.000. Embora não tenha havido ágio na transação, em razão da natureza do ativo, anualmente é realizado o teste de recuperabilidade. A liquidação financeira referente a essa aquisição ocorreu em 23 de junho de 2025, pelo valor de R\$650.648.



13.3. Movimentação do intangível

13.3.1. Controladora

	Prazo médio amortização em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Adições	Amortização	Baixas	Transferências:	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2026
Sistemas de informática	18,5%	382.609	-	(45.515)	(9)	17.586	(17)	354.654
Fundo de comércio	10,0%	18.363	-	(812)	-	-	-	17.551
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	33.759	24.288	-	-	(17.586)	-	40.461
Total		849.731	24.288	(46.327)	(9)	-	(17)	827.666

(a) Durante o primeiro trimestre de 2026, a C&A adquiriu R\$ 24.288 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R\$ 9.095 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R\$29.827 foram desembolsados em 2026, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2025.

	Prazo médio amortização em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências:	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(47.254)	(5.551)	14.598	6.161	406.085
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(904)	(576)	-	575	19.928
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	18.843	17.564	-	-	(14.598)	-	21.809
Total		892.807	17.564	(48.158)	(6.127)	-	6.736	862.822

13.3.2. Consolidado

	Prazo médio amortização em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Adições	Amortização	Baixas	Transferências:	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2026
Sistemas de informática	18,5%	382.609	-	(45.515)	(9)	17.586	(17)	354.654
Fundo de comércio	10,0%	18.363	-	(812)	-	-	-	17.551
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	33.759	24.288	-	-	(17.586)	-	40.461
Total		849.731	24.288	(46.327)	(9)	-	(17)	827.666

(b) Durante o primeiro trimestre de 2026, a C&A adquiriu R\$ 24.288 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R\$ 9.095 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R\$29.827 foram desembolsados em 2026, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2025.

	Prazo médio amortização em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências:	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(47.254)	(5.551)	14.598	6.161	406.085
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(904)	(576)	-	575	19.928
Direito de exploração de serviços financeiros	-	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	18.843	18.349	-	-	(14.598)	-	22.594
Total		892.807	18.349	(48.158)	(6.127)	-	6.736	863.607



14. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

14.1. Política contábil

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações da C&A.

A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras pela Companhia.

O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente.

A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

14.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC)

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as mesmas premissas e critérios utilizados na Demonstração Financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a qual pode ser consultada para obtenção de informações adicionais e detalhamento das estimativas consideradas.

Na data base 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
	Imobilizado	(2.509)	(2.509)	(903)	(435)	(3.412)
Intangível	-	-	(401)	(384)	(401)	(384)
Subtotal	(2.509)	(2.509)	(1.304)	(819)	(3.813)	(3.328)
Direito de uso	(2.015)	(2.015)	(280)	(1.419)	(2.295)	(3.434)
Total	(4.524)	(4.524)	(1.584)	(2.238)	(6.108)	(6.762)

14.3. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” é avaliada anualmente com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio.

O valor recuperável do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

15. Arrendamentos

15.1. Política contábil

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

A C&A utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo



por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que a C&A teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A C&A aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso da C&A na renovação de seus contratos. A avaliação se a C&A está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que pode afetar significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, em que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a C&A considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

15.2. Taxa de juros incremental

A C&A determina suas taxas de juros incrementais com base nas curvas de créditos disponibilizadas pela ANBIMA, que refletem diferentes prazos e níveis de risco no mercado secundário. As taxas extraídas são ajustadas à realidade da C&A, considerando seu perfil de crédito. As taxas são atualizadas mensalmente e a cada novo contrato de arrendamento.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Prazos dos contratos	31/03/2026		31/12/2025	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	7,8	14,5	6,1 - 9,4	14,1 - 16,3
de 3 a 5 anos	-	-	6,4 - 8,2	13,9 - 16,1
de 5 a 6 anos	8,3 - 8,4	13,1 - 14,6	6,2 - 7,6	13,5 - 15,6
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	6,5 - 8,5	14 - 14,9	6,6 - 9,1	14,2 - 17,2

**Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)****15.2.1. Movimentação do ativo de direito de uso**

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.452.449	22.099	1.474.548	(1.780.243)
Depreciação	(95.682)	(1.490)	(97.172)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(50.624)
Pagamentos realizados	-	-	-	141.085
Provisão para custos de desmontagem	554	-	554	-
Contratos novos	62.567	-	62.567	(62.567)
Rescisões contratuais	1.140	-	1.140	-
Remensuração	60.947	19	60.966	(60.966)
Saldo em 31 de março de 2026	1.481.975	20.628	1.502.603	(1.813.315)
Passivo circulante				(371.144)
Passivo não circulante				(1.442.171)

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R\$12.592 (R\$ 48.585 em 2025), e sobre os juros, no valor de R\$4.123 (R\$15.360 em 2025). Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. No trimestre findo em 31 de março de 2026, houve a renovação de 7 contratos, 7 novos contratos e 1 encerrados (No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a renovação de 30 contratos, 21 novos contratos e 4 encerrados).

15.3. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (6,5% a 14,9%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pela C&A para o período findo em 31 de março de 2026, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:


31/03/2026

Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	2.099.833	31.403	107.525	138.928
Cenário 2 (contabilizado)	1.813.314	50.624	97.172	147.796

15.4. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/COFINS (*)	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/COFINS (*)
Com vencimento				
Menos de um ano	552.432	(49.528)	547.966	(49.005)
De um a cinco anos	1.442.849	-	1.406.133	-
Mais de cinco anos	548.327	-	502.386	-
Total dos pagamentos mínimos	2.543.608	(49.528)	2.456.485	(49.005)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(730.293)	17.250	(676.242)	16.711
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.813.315	(32.278)	1.780.243	(32.294)
Passivo Circulante	371.144		372.743	
Passivo Não circulante	1.442.171		1.407.500	

O direito potencial de PIS/COFINS corresponde ao valor que a C&A poderá recuperar caso os pagamentos futuros de arrendamentos se realizem. Com a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, esses pagamentos gerarão créditos de PIS e COFINS apenas até 31 de dezembro de 2026, uma vez que essas contribuições serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota ainda será definida por regulamentação.

Durante o período findo em 31 de março de 2026, a despesa relativa aos 18 contratos de arrendamento variável foi de R\$2.450 (18 contratos no mesmo período de 2025 no montante R\$1.158). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$6.021 (R\$4.679 no mesmo período de 2025), e se referem a alugueis de impressoras, empilhadeiras e lojas em ação renovatória de aluguel. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

A C&A não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.



16. Fornecedores

16.1. Política contábil

Fornecedores representam as obrigações da C&A decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras de mercadorias a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações. A contrapartida do ajuste a valor presente dos fornecedores de mercadoria é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada como despesa financeira. Para os demais fornecedores a contrapartida do ajuste a valor presente e a recomposição dos juros são efetuados diretamente como despesa financeira.

As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foram de 1,15% e 1,17%, respectivamente.

16.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de mercadorias	561.189	734.876	561.189	734.877
Fornecedores – Partes Relacionadas (a)	194.888	125.046	195.370	115.974
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	330.361	486.289	346.380	502.056
Ajuste a valor presente	(20.905)	(28.075)	(20.905)	(28.075)
	1.065.533	1.318.136	1.082.034	1.324.832
Passivo circulante	1.065.533	1.318.136	1.082.034	1.324.832

(a) Refere-se às transações com C&A Sourcing relacionadas às compras de mercadoria importadas do Oriente.

16.3. Obrigações de Risco Sacado

A C&A firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento recebem o pagamento antecipado das faturas enviadas a C&A por meio de instituições financeiras externas, através do pagamento de uma taxa à instituição financeira, da qual a C&A não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pela C&A. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a C&A quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada.

O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a C&A e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações de Risco Sacado (a)	240.532	421.205	240.532	421.205

Intervalo de vencimento dos pagamentos:

Passivos que fazem parte das operações de risco sacado

103 dias 104 dias **103 dias** 104 dias

Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado

100 dias 103 dias **101 dias** 103 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado.

A C&A recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$4.707 referente ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$910 durante o mesmo período de 2025). No primeiro trimestre findo em 31 de março de 2026, a taxa de desconto aplicada pelas instituições financeiras aos fornecedores variou entre 1,71% a.m. a 1,86% a.m. (1,57% a.m. a 1,87% a.m. durante o mesmo período de 2025), sendo que parte dessa taxa corresponde ao *spread* repassado a C&A a título de comissão.

17. Empréstimos e debêntures

17.1. Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos são registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pela C&A relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

Condições contratadas				Movimentação no ano				Vencimentos				
Descrições	Taxas a.a.	Emissão	Valor	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Pagamento dos juros e custo de captação	Despesa com juros e amortização dos custos	Saldo em 31 de março de 2026	2026	2027	2028	2029	2030
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	100% CDI + 2,40%	04/2022	352.500	41.964	-	1.682	43.646	16.242	13.702	13.702	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	100% CDI + 1,80%	07/2024	495.963	534.063	(41.431)	19.242	511.874	15.909	495.965	-	-	-
Notas Comerciais - série única, 5ª emissão	100% CDI + 1,40%	11/2024	80.000	81.865	-	3.078	84.943	84.943	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão 1ª série	100% CDI + 0,80%	09/2025	100.000	102.814	(5.897)	3.660	100.577	578	-	33.333	33.333	33.333
Debêntures 4ª Emissão 2ª série	100% CDI + 1,00%	09/2025	200.000	205.555	(11.632)	7.455	201.378	1.378	-	200.000	-	-
(-) Custo de transação				(5.789)		773	(5.016)	(2.324)	(1.953)	(284)	(260)	(195)
Total				960.472	(58.960)	35.890	937.402	116.726	507.714	246.751	33.073	33.138
Passivo circulante				139.796			115.949					
Passivo não circulante				820.676			821.453					

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.3. Custo de transação (Controladora e Consolidado)

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos.

Descrição	Emissão	Série	Vencimento/ Quitação	Custo de transação			
				Custos incurridos	31/12/2025	Apropriado no período	31/03/2026
Debêntures	2ª emissão	2a	13/05/2028	(2.762)	(172)	18	(154)
Debêntures	3ª emissão	Única	01/07/2027	(8.274)	(4.384)	690	(3.694)
Debêntures	4ª emissão	1a e 2a		(1.298)	(1.233)	65	(1.168)
					(5.789)	773	(5.016)

17.4. Movimentação dos empréstimos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo inicial	960.472	1.498.013
(-) Custo de captação	-	(133)
(-) Pagamento de principal	-	(40.200)
(-) Pagamento dos juros	(58.960)	(56.207)
Total efeito caixa	(58.960)	(96.540)
(+) Juros	35.117	48.798
(+) Amortização dos custos	773	1.600
(+/-) Variação Cambial	-	(8.084)
Total sem efeito caixa	35.890	42.314
Saldo final	937.402	1.443.787

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte da C&A.

17.5. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, a C&A deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

Os “covenants” não financeiros são, substancialmente:

- I. Publicação das Demonstrações Financeiras:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.
- II. Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

A C&A monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade da C&A de conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de março de 2026, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Férias e encargos	96.280	101.389	97.084	102.138
Incentivo de curto prazo	84.199	83.958	85.835	85.440
Salários e encargos	65.776	59.013	66.404	59.418
Encargos s/ incentivo de longo prazo (a)	31.531	29.643	31.531	29.643
Provisão de benefícios	13.567	19.112	13.567	19.112
Outras obrigações (b)	7.640	13.848	7.970	14.018
	298.993	306.963	302.391	309.769
Passivo circulante	286.394	290.811	289.792	293.617
Passivo não circulante	12.599	16.152	12.599	16.152

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

(b) Outras obrigações referem-se, substancialmente, a provisões para obrigações rescisórias e ao imposto de renda pessoal a recolher.

19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
ICMS	48.602	168.661	48.602	168.661
PIS/ COFINS	25.968	98.989	26.476	100.078
Outros (a)	7.127	27.752	7.934	29.042
	81.697	295.402	83.012	297.781
Passivo circulante	77.524	281.077	78.839	283.456
Passivo não circulante	4.173	14.325	4.173	14.325

(a) Compreende, substancialmente, ISS, INSS, IOF, entre outros.



20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

20.1. Política contábil

A C&A é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, baseada no parecer de seus assessores jurídicos.

20.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

20.2.1. Controladora

	31/12/2025	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	31/03/2026
Tributárias (a)	148.834	806	(378)	2.532	151.794
Trabalhistas (b)	33.469	4.120	(4.688)	855	33.756
Cíveis (b)	2.165	4.281	(4.325)	54	2.175
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	184.468	9.207	(9.391)	3.441	187.725

20.2.2. Consolidado

	31/12/2025	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	31/03/2026
Tributárias (a)	148.834	806	(378)	2.532	151.794
Trabalhistas (b)	33.470	4.120	(4.688)	855	33.757
Cíveis (b)	4.250	4.272	(4.325)	54	4.251
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	186.554	9.198	(9.391)	3.441	189.802

(a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa do direito aos créditos relativos a despesas utilizadas como insumos na atividade fim e dos créditos de COFINS Importação;

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, tarifa de energia elétrica, entre outros;



INSS: Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários.

Outras Tributárias: Discussões sobre base de cálculo de ITBI e ISS.

(b) **Trabalhistas:** A mensuração da provisão para os processos trabalhistas é realizada desde a fase recursal e obtida pela aplicação da média histórica dos pagamentos e ponderado pelo percentual de perda do mesmo lapso temporal. Na fase de execução, a provisão é constituída com base nos valores atualizados da decisão desfavorável. Os critérios são revisados semestralmente para averiguar a aderência das premissas, sendo que a última revisão ocorreu em dezembro de 2025. Já a mensuração da provisão para os processos cíveis massificados é calculada com base na aplicação da média histórica dos valores gastos e do percentual de perda.

20.3. Depósitos judiciais

A C&A está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica da Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Tributários	70.561	67.653	70.561	67.653
Trabalhistas e Cíveis	22.607	23.705	22.609	23.707
Total	93.168	91.358	93.170	91.360

20.4. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A C&A mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a COFINS Importação.

20.5. Contingências de perda possível

20.5.1. Contingências tributárias

Em 31 de março de 2026, a C&A apresentava um montante atualizado de R\$596.340 (R\$591.507 em 31 de dezembro de 2025), referente a demandas judiciais e/ou administrativas cuja expectativa de perda é classificada como possível. Em conformidade com as práticas contábeis vigentes, não são constituídas provisões contábeis para essas contingências. A seguir, são apresentadas as principais demandas, cujos valores incluem o montante principal acrescido de multa e juros, e cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos da C&A.



	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
PIS/COFINS - Glosa de créditos e compensações não homologadas (a)	214.623	211.410
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Momento da tributação (b)	158.114	155.191
INSS - Compensações não homologadas e outros (c)	113.150	110.937
ICMS - Glosa de créditos e outros (d)	59.171	63.393
Tributos de Importação (e)	34.877	34.386
Outras demandas	16.405	16.190
	596.340	591.507

- PIS/COFINS - Glosa de créditos relativos as despesas utilizadas como insumos e compensações não homologadas;
- IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Processos administrativos em que se discute o momento da tributação do indébito tributário.
- INSS - Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários e incidência das contribuições previdenciárias sobre as parcelas descontadas dos empregados a título de vale transporte, vale alimentação, assistência médica e odontológica
- ICMS - Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros.
- Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas;

20.5.2. Contingências cíveis e trabalhistas

As provisões relacionadas a causas cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente e reconhecidas com base na metodologia descrita na Nota 20.2.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da C&A, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a C&A venha a perder.

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações com locatários (a)	56.960	56.942	56.960	56.942
Crédito de clientes (b)	3.275	6.156	11.326	19.466
Seguros a repassar	-	-	5.508	5.433
Outros	5.060	4.331	5.062	4.820
	65.295	67.429	78.856	86.661
Passivo circulante	14.612	17.220	28.173	36.452
Passivo não circulante	50.683	50.209	50.683	50.209

- Refere-se, substancialmente, a incentivos de aluguel recebidos dos locatários no valor de R\$6.267 (R\$ 6.773 em 2025), à provisão de R\$42.447 para restaurar a loja à sua condição original



(R\$42.175 em 2025) e aos valores relativos a contratos com montantes em discussão no valor de R\$3.000 (R\$2.386 em 2025) em ação revisional.

- b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social no valor de R\$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (31 de dezembro de 2025: 308.245.068).

A composição acionária em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada como segue:

Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
COFRA Investment SARL	80.363.049	26,07%	80.363.049	26,07%
Morgan Stanley	14.000.000	4,54%	18.882.299	6,13%
Incas SARL	14.939.166	4,85%	14.939.166	4,85%
Ações em tesouraria	5.880.734	1,91%	5.330.734	1,73%
Administração	2.808.642	0,91%	2.638.742	0,85%
COFRA Latin America	9.068	0,01%	9.068	0,01%
Ações em circulação	190.244.409	61,71%	186.082.010	60,36%
Total	308.245.068	100%	308.245.068	100,00%

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até atingir o limite de 393.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento de capital, dentro dos limites do capital autorizado, poderá ser realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição. Caberá ao Conselho aprovar as condições da emissão, incluindo preço, prazo e forma de integralização. No caso de subscrição com integralização em bens, a competência para aprovar o aumento será da Assembleia Geral, com prévia manifestação do Conselho Fiscal se instaurado.

22.2. Ações em tesouraria

Em 13 de janeiro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia, com duração de até 18 meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2025 e terminando em 13 de julho de 2026. A Companhia, poderá adquirir até 5.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitando as limitações estabelecidas na RCVM 77/22.



Programa de recompra de ações (em quantidade de ações em tesouraria)

Data de início	Data de término	Total Programa	Total Recomprado	Saldo a Recomprar
13/01/2025	13/07/2026	5.000.000	4.713.800	286.200

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.624.126	9,48	34.365	28.124
Recompra de ações	4.163.800	8,66	36.039	36.039
Entrega das ações Plano 2022	(2.457.192)	9,04	(22.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.330.734	9,04	48.190	68.020
Recompra de ações	550.000	11,11	6.113	6.113
Saldo em 31 de março de 2026	5.880.734	9,23	54.303	71.157

22.3. Reserva de capital - ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as ações outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. É constituída à medida que o serviço é prestado, e é consumida pela liquidação do plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 25.

22.4. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2026 é de R\$117.186 (R\$117.186 em 31 de dezembro de 2025).

22.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R\$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS, os quais ainda estão pendentes de utilização em 31 de março de 2026.

22.6. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da C&A e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R\$ R\$399.733 (R\$291.293 em 2024) para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 31 de março de 2026 é de R\$1.638.639.

22.7. Reserva para incentivos fiscais

A C&A goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconheceu seus impactos como crédito na demonstração de



resultado em exercícios anteriores. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Em 31 de março de 2026 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$36.677 (31 de dezembro de 2025: R\$ 36.677).

22.8. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 4. Adicionalmente, inclui os efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos federais, disponíveis para venda, refletindo as variações no valor justo desses ativos ao longo do período.

23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)

23.1. Política contábil

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.

Em 18 de dezembro de 2025 o Conselho da Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nos montantes demonstrados na tabela abaixo. O pagamento será realizado no exercício de 2026 em data a ser definida.

23.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do exercício	587.087
(-) Reserva legal	(29.354)
Base de cálculo dos dividendos	557.733
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	139.433
Distribuição dividendos e JSCP	
Distribuição JSCP	158.000
(-) IRRF sobre JSCP	(18.221)
Total a ser distribuído	139.779

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$53.720 e foi reconhecido na demonstração de resultado.



24. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e pelas demais empresas do grupo com o objetivo de viabilizar suas operações. Tais transações ocorrem em condições comutativas, não resultando em benefícios indevidos às partes envolvidas nem em prejuízos à C&A. Essas operações são conduzidas em conformidade com as políticas e normas internas, legislação vigente e seguem as melhores práticas relacionadas a operações dessa natureza. As transações são pactuadas com base em valores de mercado observando as regras de preços de transferência quando aplicável.

A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que a C&A possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes
Controladoras		
COFRA Investments	Controladora direta	-
Incas SARL	Controladora direta	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-
Controladas		
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de securitização de créditos
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões <i>private label</i> "C&A Pay"
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista
Associadas		
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias (<i>trading</i>)
COFRA Latin America Ltda.	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários da C&A
Instituto C&A	Associada, sob influência direta	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

24.1. Transações nos balanços patrimoniais

Partes relacionadas	Controladora							
	Ativo		Passivo				Resultado	
	Contas a receber/ outros ativos		Fornecedores		JCP / Dividendos		Receita/reembolso (custo/despesa)	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
C&A Pay SCD (a)	27.275	77.998	39	40	-	-	(26.460)	(59.883)
C&A Sourcing (b)	-	-	190.605	118.747	-	-	(241.721)	(225.009)
FIDC C&A Pay (c)	-	-	3.437	3.211	-	-	-	-
COFRA Invest (d)	-	-	-	-	35.630	35.630	-	-
Incas SARL (d)	-	-	-	-	6.623	6.623	-	-
Outros (e)	57	39	786	3.049	4	4	(1.017)	(963)
	27.332	78.037	194.867	125.047	42.257	42.257	(269.198)	(285.855)

Partes relacionadas	Consolidado							
	Ativo		Passivo				Resultado	
	Contas a receber/ outros ativos		Fornecedores		JCP / Dividendos		Receita/reembolso (custo/despesa)	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
C&A Sourcing (b)	-	-	190.605	118.747	-	-	(241.721)	(225.009)
COFRA Invest (d)	-	-	-	-	35.630	35.630	-	-
Incas SARL (d)	-	-	-	-	6.623	6.623	-	-
Outros (e)	52	28	829	3.091	4	4	(1.033)	(982)
	52	28	191.434	121.838	42.257	42.257	(242.754)	(225.991)

- (a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartilhamentos de despesas.
(b) Fornecedor de mercadorias
(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.
(d) Valor encontra-se líquido de impostos
(e) Valores referente ao reembolso de compartilhamento de despesas da Cofra Latin, Cyamprev, Instituto C&A e Orion.

24.2. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa	4.502	3.576
Remuneração variável	665	686
Contribuições planos pós empregatícios	19	19
Incentivo de longo prazo	2.113	1.359
Total sem encargos	7.299	5.640
Encargos estimados (a)	1.925	5.733
Total com encargos	9.224	11.373

- (a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.



Será deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026 a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, determinada no valor total sem encargos de até R\$42.018 (2025: R\$ 37.250).

25. Plano de remuneração baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações vigente foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023. A partir desse plano, são instituídos programas aprovados pelo Conselho de Administração, bem como realizadas as respectivas outorgas aos participantes elegíveis.

A quantidade final de ações que o executivo poderá efetivamente receber ao final do período de *vesting* dependerá do nível de atingimento das metas de desempenho da C&A, conforme fator de performance previsto em contrato.

O direito às ações será adquirido ao término do período de 3 (três) anos contado da data da outorga, desde que os executivos permaneçam, durante todo o respectivo período de *vesting*, como empregado, conselheiro, diretor ou profissional de qualquer natureza da C&A.

Os encargos sociais incidentes sobre a remuneração baseada em ações são de responsabilidade da C&A e será recolhido por ele no momento da liquidação do programa. Com relação aos tributos incidentes na entrega das ações, cuja responsabilidade seja do participante do plano, a C&A poderá reter e descontar a parcela correspondente a esses tributos da quantidade total de ações, entregando ao executivo somente a quantidade líquida de ações após esta retenção.

25.1. Premissas

	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025
	Lote único	Lote único	Lote único	Lote único
	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Modelo de precificação				
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	12,785%	12,97%	11,00%	13,38%
Preço da ação considerado	2,51	4,98	9,50	17,47
Prazo de vida esperado	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027	28/05/2028
Valor justo na data da mensuração	2,66	5,29	10,20	19,71
Volatilidade anualizada esperada	57,58%	66,50%	65,04%	66,16%

Para o cálculo da volatilidade esperada dos retornos foi utilizado o histórico de volatilidade do grupo de pares formado por companhias de negócios similares às operações da C&A. A metodologia de cálculo utilizada foi desvio padrão dos retornos diários das ações dessas Companhias.

**25.2. Detalhamentos dos programas:**

Programa	Data da outorga	Término da carência	Saldo de ações outorgadas	Valor justo (R\$)	Vigência contratual remanescente (meses)	Resultado 31/03/2026 (Principal + encargos)	Resultado 31/03/2025 (Principal + encargos)	Despesas a incorrer (principal)
2022	03/05/2022	23/03/2025	-	2,66	-	-	6.465	-
2023	10/05/2023	10/05/2026	4.073.573	5,29	1,3	3.368	7.264	1.011
2024	24/05/2024	18/04/2027	1.822.613	10,20	12,8	2.003	2.461	6.384
2025	26/05/2025	28/05/2028	1.407.210	18,75	26,3	2.450	-	17.388
			7.303.396		Total	7.821	16.190	24.783

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas. A quantidade de ações é ajustada de acordo com as prescrições e/ou taxa de saída e pelo atingimento das metas de não mercado.

Os encargos com despesas de pessoal foram calculados com base no valor da ação da data de reporte e da quantidade de ações a serem outorgadas na data base de 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Para o cálculo dos encargos, a quantidade é ajustada pelas prescrições, taxa de saída e pelo atingimento da performance. Esses montantes estão contabilizados no Passivo, no grupo de Obrigações Trabalhistas.

25.3. Movimentação das quantidades de ações por programa:

Programa	Outorgas 2019 2ª subst.	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
Saldo em 31/12/2024	28.701	2.673.925	4.195.059	1.890.347	-	8.788.032
Outorgadas	-	37.488	-	-	1.435.996	1.473.484
Prescritas	(28.701)	-	(16.583)	(11.484)	-	(56.768)
Exercidas	-	(2.711.413)	-	-	-	(2.711.413)
Saldo em 31/12/2025	-	-	4.178.476	1.878.863	1.435.996	7.493.335
Prescritas	-	-	(104.903)	(56.250)	(28.786)	(189.939)
Saldo em 31/03/2026	-	-	4.073.573	1.822.613	1.407.210	7.303.396

26. Receita líquida**26.1. Política contábil**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Considerando esses aspectos, a receita é registrada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos.

**26.1.1. Venda de mercadorias**

A receita de venda de mercadorias, realizadas à vista ou a prazo, é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre com a transferência do controle da mercadoria ao cliente. Nas vendas a prazo, a receita é reconhecida pelo seu valor presente, calculado com base na taxa SELIC, sendo a diferença entre o valor nominal e o valor presente reconhecida como uma redução da receita. A reversão do AVP é registrada como receita operacional de acordo com a fluência do prazo.

26.1.2. Receita de comissão de produtos e serviços financeiros

A receita de serviços financeiros é composta pelos juros das vendas parceladas e os juros por atraso da carteira originada na SCD - C&A Pay ("SCD") e cedida ao FIDC - C&A Pay. As receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, ou seja, no período a que se referem, desde que seja provável o seu recebimento. As operações com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia.

A receita de prestação de serviços é composta pela comercialização de seguros aos clientes e outros produtos e serviços. É reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

26.2. Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Venda de mercadorias	2.184.201	2.119.068	2.188.941	2.122.750
Cancelamentos e trocas	(137.600)	(120.599)	(137.600)	(120.599)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(509.606)	(492.479)	(509.606)	(492.479)
Receita líquida com venda de mercadorias	1.536.995	1.505.990	1.541.735	1.509.672
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros (a)	7.875	32.810	80.155	107.808
Impostos sobre comissões e serviços	(1.096)	(4.257)	(2.328)	(5.398)
Receita líquida com prestação de serviços	6.779	28.553	77.827	102.410
	1.543.774	1.534.543	1.619.562	1.612.082

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay.



27. Resultado por natureza

27.1. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(181.281)	(174.875)	(184.063)	(177.418)
Material/serviços de terceiros	(85.162)	(83.202)	(94.445)	(92.792)
Ocupação	(107.602)	(96.344)	(107.602)	(96.344)
Depreciação direito de uso	(81.847)	(78.020)	(81.847)	(78.020)
Depreciação e amortização	(42.434)	(34.432)	(42.434)	(34.432)
Publicidade e Promoção	(30.658)	(30.622)	(30.658)	(30.622)
Tarifas e serviços bancários	(31.703)	(30.827)	(20.781)	(21.076)
Serviços de tecnologia	(11.200)	(11.659)	(11.200)	(11.659)
Outros (a)	(17.488)	(20.340)	(20.541)	(24.409)
	(589.375)	(560.321)	(593.571)	(566.772)

(a) Contempla substancialmente a incentivos de venda, comissões e outras despesas de menor valor.

27.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(96.892)	(99.124)	(97.168)	(99.395)
Material/serviços de terceiros	(46.166)	(39.646)	(46.200)	(39.681)
Depreciação e amortização	(48.554)	(51.428)	(48.554)	(51.428)
Depreciação direito de uso	(6.857)	(5.925)	(6.857)	(5.925)
Serviços de tecnologia	(10.605)	(6.442)	(10.605)	(6.442)
Ocupação	(2.986)	(2.824)	(2.986)	(2.824)
Outros	(15.125)	(12.538)	(15.144)	(12.541)
	(227.185)	(217.927)	(227.514)	(218.236)

27.3. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da C&A e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs (a)	(617)	4.234	(617)	4.234
Créditos e despesas tributárias (b)	1.006	7.708	1.006	7.708
Reversão (provisão) contingências tributárias (c)	(1.731)	(737)	(1.731)	(737)
Baixa de arrendamento (d)	1.140	5.860	1.140	5.860
Multas indedutíveis	(1.165)	(136)	(1.165)	(136)
Outros	(237)	(532)	(237)	(532)
	(1.604)	16.397	(1.604)	16.397

(a) Em 2026, considera principalmente provisão de perda de encerramento de loja e em 2025 contempla provisões e reversões de baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios e multas contratuais;



- (b) A recuperação de créditos tributários é demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos de PIS e COFINS no montante de R\$973 (no mesmo período de 2025, refere-se principalmente a créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$1.699 e a crédito de recuperação do ICMS (novo conceito interpretativo com base em julgado do STJ) no montante de R\$4.192).
- (c) Em 2026 refere-se principalmente a reversão de processo tributário com mudança de prognóstico no montante de R\$1.924.
- (d) Baixa de passivo de arrendamento devido à redução de área de imóvel locado.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado com Variação Cambial e derivativos				
Empréstimos	-	(937)	-	(937)
Compras	2.358	3.153	2.358	3.153
	2.358	2.216	2.358	2.216
Receitas Financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	17.670	31.402	18.432	31.220
Atualização monetária sobre créditos tributários (a)	17.901	24.547	17.913	24.532
Resultado financeiro com títulos e valores mobiliários	-	-	12.359	9.727
Outras receitas financeiras (b)	12.281	911	11.239	911
	47.852	56.860	59.943	66.390
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(35.117)	(48.798)	(35.117)	(48.798)
Juros sobre arrendamento	(46.500)	(43.369)	(46.500)	(43.369)
Despesa financeira de fornecedores - AVP	(33.009)	(26.095)	(33.009)	(26.095)
Juros com fornecedor Bradescard	-	(20.685)	-	(20.685)
Atualização monetária sobre impostos e contingências	(5.212)	(5.012)	(5.216)	(5.013)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 7)	(15.781)	(10.699)	-	-
Outras despesas financeiras	(1.630)	(1.779)	(1.642)	(1.789)
	(137.249)	(156.437)	(121.484)	(145.749)
Resultado FIDC C&A Pay (c)	49.684	46.037	-	-
Resultado financeiro líquido	(37.355)	(51.324)	(59.183)	(77.143)

- (a) Contempla o valor de R\$14.144 (R\$14.795 em 2025) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$658 (R\$688 em 2025) vide nota 9.
- (b) Contempla deságio na compra de créditos de ICMS. Os valores estão líquidos das taxas de comissionamento.
- (c) Refere-se à operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas S.A..

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Informações por segmentos

A Administração da C&A definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, que são varejo e serviços financeiros. As principais características para cada uma das divisões são as seguintes:

- I. Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos e relógios, tanto em lojas físicas e quanto por meio do e-commerce.;
- II. Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias relacionadas ao cartão C&A Pay.

	Varejo	C&A Pay Serviços Financeiros	Eliminação	Consolidado
31/03/2026				
Receita Operacional Líquida (a)	1.543.170	87.351	(10.959)	1.619.562
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados (b)	(718.369)	(8.444)	8.444	(718.369)
Lucro bruto	824.801	78.907	(2.515)	901.193
Vendas (a)	(454.491)	(25.758)	10.959	(469.290)
Gerais e administrativas	(169.462)	(2.641)	-	(172.103)
Perdas em Créditos, líquidas	-	(27.690)	-	(27.690)
Outras receitas operacionais, líquidas	(1.604)	-	-	(1.604)
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	199.244	22.818	8.444	230.506
Depreciação e amortização	(176.568)	(3.124)	-	(179.692)
Resultado financeiro				(59.183)
Impostos sobre o lucro				10.032
Lucro líquido do período				1.663
Balanco Patrimonial				
Ativo Total	8.564.765	1.229.606	(1.164.581)	8.629.790
Passivo	4.861.934	97.979	(32.957)	4.926.956

(a) O valor eliminado de R\$10.959 refere-se ao *Merchant Discount Rate (MDR)*, que corresponde à taxa de comissionamento cobrada pela SCD C&A Pay sobre as transações realizadas pela C&A Varejo. Como essa cobrança ocorre entre as empresas do mesmo grupo, o impacto é eliminado quando da consolidação.

(b) O valor eliminado de R\$8.444 refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Seguros contratados

A C&A tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadoria e risco cibernético.

Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Responsabilidade Civil	260.000	302.261
Patrimônio e Estoque	713.428	579.010
Transporte	29.411	73.085
Risco Cibernético	50.000	50.000
	1.052.839	1.004.356

31. Plano de aposentadoria

31.1. Política contábil

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

31.2. Plano de aposentadoria

Em 31 de março de 2026, a C&A contribuiu com R\$ 987 (R\$ 1.407 em 31 de dezembro de 2025) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de março de 2026 é de 3.209 participantes (3.285 em 31 de dezembro de 2025), tendo 228 participantes assistidos (213 em 31 de dezembro de 2025).

C&A Modas S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores referentes às contribuições realizadas pela C&A em favor de associados, que efetuaram o resgate e se desligaram dos planos administrados pela Cyamprev podem ser utilizados para abater futuras contribuições e por este motivo é considerado um ativo da Companhia. Em 31 de março de 2026 esse montante era de R\$ 2.478 (R\$ 2.247 em 31 de dezembro de 2025). A utilização desses valores pela C&A está condicionada à aprovação do Conselho da Cyamprev.

32. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. Ações em tesouraria são excluídas da contagem enquanto permanecerem na posse da Companhia, independentemente de sua destinação. Isso inclui tanto o excedente de tesouraria quanto as ações comprometidas com o plano que ainda não foram entregues.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 25.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado básico por ação		
Lucro líquido do período	1.663	4.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	302.821.001	300.457.142
Lucro básico por ação - R\$	0,0055	0,0136
Resultado diluído por ação		
Lucro líquido do período	1.663	4.072
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	302.821.001	300.457.142
Ações dilutivas - total das outorgas	4.446.720	4.345.290
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	307.267.721	304.802.432
Lucro diluído por ação - R\$	0,0054	0,0134



33. Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as seguintes transações de investimento e financiamento representam ajustes ao fluxo de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Aquisição de bens do ativo imobilizado	79.999	(93.243)
Aquisição de intangível	20.732	(29.982)
Contratos de arrendamento encerrados	1.140	(8.936)

34. Eventos subsequentes

34.1. Recompra de ações

Em 05 de maio de 2026, o Conselho de Administração aprovou a criação do 4º Programa de Recompra de Ações da Companhia ("4º Programa de Recompra"), autorizando a aquisição de até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 4,9% das ações em circulação do mercado, com vigência até 05 de novembro de 2027. O principal objetivo do 4º Programa de Recompra é a geração de valor adicional aos acionistas e a otimização da estrutura de capital da Companhia.

Em decorrência desta aprovação, o Conselho de Administração consignou, na mesma data, o encerramento do 3º Programa de Recompra, no âmbito do qual foram adquiridas 4.713.800 ações ordinárias em bolsa de valores, a preços de mercado, correspondentes à execução de 94,3% do referido programa.